



Centro Universitário de Brasília
Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento – ICPD

MARIANA SANMARTIN DE MELLO

VERBOS TRITRANSITIVOS

Uma Discussão Gramatical

Brasília
2011

MARIANA SANMARTIN DE MELLO

VERBOS TRITRANSITIVOS

Uma Discussão Gramatical

Trabalho apresentado ao Centro Universitário de Brasília (UniCEUB/ICPD) como pré-requisito para obtenção de Certificado de Conclusão de Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Revisão de Texto.

Orientadora: Denise de Aragão Costa Martins

Brasília
2011

MARIANA SANMARTIN DE MELLO

VERBOS TRITRANSITIVOS

Uma Discussão Gramatical

Trabalho apresentado ao Centro Universitário de Brasília (UniCEUB/ICPD) como pré-requisito para obtenção de Certificado de Conclusão de Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Revisão de Texto.

Orientadora: Denise de Aragão Costa Martins

Brasília, 28 de junho de 2011.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Gilson Ciarallo

Prof^a. Dr^a. Regina Furquim

Aos meus pais (todos os quatro), por serem a sustentação da minha vida;

Ao meu marido, pelo amor, apoio e companhia;

Aos meus irmãos, pelos momentos de descontração, sempre bem-vindos;

Às minhas colegas, pela imensurável colaboração durante o curso;

À minha orientadora, por toda a ajuda prestada.

RESUMO

Esta pesquisa tem como finalidade analisar se é possível incluir na classificação tradicional de transitividade da língua portuguesa o verbo tritransitivo, seguindo proposta de Afrânio da Silva Garcia (2004). Para atingir esse objetivo, foram escolhidos e estudados, à luz das gramáticas e dos dicionários mais renomados, doze verbos com potencial tritransitivo. Além disso, foi feito um apanhado de exemplos, demonstrando o uso destes verbos acompanhados de três objetos. Por fim, foram abordadas questões relativas aos problemas que as variadas descrições de transitividade verbal trazem à revisão de textos. Como conclusão, verificou-se que os verbos escolhidos aparecem em situações reais da língua com três objetos, sugerindo que a classificação tradicional deva ser expandida a fim de descrever melhor a língua.

Palavras-chave: Transitividade verbal. Tritransitivo. Gramática. Revisão de textos.

ABSTRACT

This research aims at analyzing if it is possible to include in the traditional classification of transitivity the tritransitive verb, according to proposal of Professor Afrânio da Silva Garcia (2004). To reach this goal, twelve potentially tritransitive verbs were chosen and studied in light of the most renowned grammars and dictionaries. Besides, several examples were found demonstrating the use of theses verbs with three objects. Finally, issues regarding problems that the various descriptions of transitivity bring to the work of the text reviewer were discussed. As a conclusion, it was verified that the chosen verbs do appear in real situations of language use, a fact that suggests that the traditional classification should be expanded in order to describe the language better.

Keywords: Verbal transitivity. Tritransitive. Grammar. Text revision.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	9
1.1. Diacronia	9
1.2. Sincronia	10
1.2.1. Celso Cunha	11
1.2.2. Napoleão Mendes de Almeida	12
1.2.3. Evanildo Bechara	13
1.2.4. Carlos Henrique da Rocha Lima	15
1.2.5. Mário A. Perini	16
1.2.6. A abordagem de Afrânio da Silva Garcia	18
2. METODOLOGIA	21
3. ANÁLISE DOS DADOS	23
3.1. Análise das posições dos lexicógrafos	23
3.2. Exemplos de verbos tritransitivos em uso na língua portuguesa	32
4. QUESTÕES DE REVISÃO	43
4.1. Semântica	43
4.2. Sintaxe	44
4.3. Pontuação	45
CONCLUSÃO	47
REFERÊNCIAS	50

INTRODUÇÃO

Não é de hoje que os estudiosos da língua portuguesa divergem sobre questões fundamentais a respeito da teoria gramatical. Da mesma forma que a linguagem evolui, a cada ano surgem novas ideias, que pretendem dar conta do que as gramáticas normativas não conseguem. Ainda assim, é notório que, por mais visionários que esses novos conceitos sejam, eles ainda não conseguiram suplantam a orientação tradicional no ensino regular; ficam restritos, portanto, ao ambiente acadêmico.

Isso se revela verdadeiro especialmente no que tange ao tema da transitividade verbal. Espinhoso, o assunto é talvez um dos mais problemáticos, tanto no âmbito das gramáticas normativas quanto no âmbito linguístico. Outrossim, também suscita discussões entre os profissionais que se dedicam ao ofício da revisão de textos, como é o caso da autora deste trabalho.

A motivação para a realização deste estudo teve início com a leitura do artigo “Verbos tritransitivos no português”, de autoria do professor Afrânio da Silva Garcia, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. O texto foi encontrado justamente durante pesquisa sobre predicação verbal, feita a fim de sanar dúvidas surgidas na revisão de um documento, e sua leitura foi tão gratificante que a tritransitividade instantaneamente se tornou o tema do trabalho de conclusão do curso de pós-graduação.

Afrânio Garcia, após estudar a teoria dos casos de Charles Fillmore, propõe que seja incluída na classificação de verbos em português a denominação de *verbo tritransitivo*, isto é, verbo que pode selecionar três complementos: um objeto direto e dois indiretos. Esse tipo de verbo é ignorado pelas gramáticas

normativas, o que nos permite perguntar: seria possível ampliar a classificação tradicional e acrescentar às categorias o **verbo tritransitivo**?

Essa discussão é de alta relevância para a área de revisão de textos, pois muitas vezes surgem nos textos verbos seguidos de termos preposicionados cuja função e definição não são bem claras, mesmo após pesquisa nos dicionários mais abalizados. Especialmente no campo da pontuação, uma mudança na classificação de certos verbos ajudaria muito, tendo em vista que a vírgula é facultativa para os adjuntos e proibida para os complementos. Ademais, caso haja mais de um adjunto, a vírgula, em regra, é exigida para separar termos de mesma função sintática.

Inicialmente, apresentarei a fundamentação teórica, fazendo, para tanto, um breve apanhado dos casos latinos, passando para a descrição de como renomados gramáticos tratam a transitividade. Ainda no mesmo capítulo, explicitarei as ideias de Afrânio da Silva Garcia e de Charles Fillmore. Em seguida, na parte de metodologia, trarei uma lista de doze verbos que, segundo Garcia, podem ser considerados tritransitivos, para, então, expor como os lexicógrafos Antônio Houaiss e Aurélio Buarque de Holanda os descrevem, bem como o estudioso Francisco Fernandes.

Tendo por base as descrições fornecidas pelos dicionários, usarei exemplos do emprego real dos verbos escolhidos para demonstrar seu potencial tritransitivo. Depois, discutirei questões relativas à revisão de textos: como a diversidade de definições das categorias verbais interfere no trabalho de revisar?

Por fim, apresentarei minhas conclusões sobre o tema da tritransitividade, seguidas da bibliografia utilizada.

1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1. Diacronia

O latim, língua da qual se originou o português, era, ao contrário das línguas românicas modernas, essencialmente sintético, isto é, as diferentes categorias morfossintáticas e semânticas exprimiam-se preferencialmente pelas flexões nominal e verbal integrantes do chamado sistema de casos, ou desinencial. Dessa forma, eram as terminações das palavras que explicitavam suas funções.

De acordo com o sistema de casos, o sujeito oracional correspondia ao nominativo, enquanto os complementos verbais, objeto direto e objeto indireto, eram expressos, respectivamente, nos casos acusativo e dativo.

Em virtude das modificações fonológicas que afetaram as consoantes finais /m/ e /t/, surgiu a necessidade de maior clareza da função de cada termo do enunciado, primeiramente, é claro, na língua falada e, posteriormente, na língua escrita. Tais modificações neutralizaram as diferenças formais entre os casos latinos e, assim, a classe das preposições enriqueceu-se, pois elas se tornaram primordiais para explicitar as funções sintáticas que antes eram indicadas pelos casos.

Segundo Serafim da Silva Neto (1970, p. 250), o caso genitivo do latim foi geralmente substituído pelo ablativo com *de*; o dativo, pelo acusativo com *ad*. O estudioso ainda aponta que, desde o século I, há confusão entre o acusativo e o ablativo, fato que se generaliza no século III. Podemos dizer que até hoje existe essa confusão, que será abordada com mais profundidade no decorrer deste trabalho.

Said Ali, outro linguista que se debruçou sobre o estudo da história da língua portuguesa, também destaca essa imprecisão das noções de dativo e de lugar:

O dativo também pode ser usado para designar o ente a quem a ação aproveita ou desaproveita. Será então um termo necessário para alguns verbos, porém acessório para outros. Algumas vezes, confunde-se com as noções de lugar, posse, etc. (SAID ALI, 1964, p. 164-165.)

O aumento do uso das preposições acabou causando, igualmente, a alteração na ordem dos termos da oração, que, no latim, segundo o linguista Jules Marouzeau, era livre, mas não indiferente (SILVA NETO, 1970, p. 250). Considerando-se que os casos estavam ficando obsoletos e que a simples colocação de preposições não resolvia inteiramente o problema da compreensão, a ordem direta (sujeito + verbo + complemento) passou a ser regra.

Assim, gradualmente, as preposições foram assumindo papéis semânticos cada vez mais relevantes. Os casos, que se exprimiam mediante terminações específicas, foram aos poucos perdendo espaço devido a mudanças fonéticas e morfológicas na língua. A fim de se evitar a ambiguidade, tarefa precípua das terminações dos casos, as preposições passaram a ser essenciais para o entendimento do enunciado.

1.2. Sincronia

As gramáticas, de maneira geral, adotam conceitos similares no que se refere à transitividade verbal. Apesar disso, há algumas diferenças cruciais, as quais

serão apresentadas a seguir, com base nas obras dos estudiosos mais renomados, além dos dicionários mais conhecidos e os especializados.

1.2.1. Celso Cunha

Celso Cunha (1985, p. 132-133) classifica os verbos da seguinte maneira:

1. Intransitivos (“A ação está integralmente contida nas formas verbais” – subir, descer);
2. Transitivos (“exigem certos termos para completar-lhes o significado”. “O processo verbal não está integralmente contido” neles, “mas se transmite a outros elementos”):
 - a) Diretos (“a ação [...] transmite-se a outros elementos diretamente, ou seja, sem o auxílio de preposição”);
 - b) Indiretos (“a ação [...] transita para outros elementos da oração indiretamente, isto é, por meio da preposição [...]”);
 - c) Simultaneamente transitivos diretos e indiretos (“a ação [...] transita para outros elementos da oração, a um tempo, direta e indiretamente. Por outras palavras: estes verbos requerem simultaneamente objeto direto e indireto para completar-lhes o sentido”).

Para o autor, a distinção entre verbos intransitivos e transitivos apoia-se em critério semântico, expresso nas palavras “ação” e “significado”. De modo diverso, indica-se a diferença entre objetos por meio da aplicação de critério sintático: o objeto direto é o complemento de um verbo que normalmente vem ligado a ele sem preposição, e o objeto indireto é o complemento que se liga ao verbo por

meio de preposição. Assim, ao contrário de outros gramáticos, como Bechara e Rocha Lima, Cunha não diferencia aquele complemento que representa um ser animado a quem se destina a ação (o antigo caso dativo, regido majoritariamente pela preposição *a*) e outros complementos que se ligam ao verbo por meio de preposições diversas (a que Bechara, por exemplo, chama de complementos relativos).

Cunha ainda observa que, em sua Gramática, segue as orientações da Nomenclatura Gramatical Brasileira, embora não haja consenso quanto as conceituações que adota.

1.2.2. Napoleão Mendes de Almeida

A classificação de Napoleão Mendes Almeida (1998) é bem similar à de Celso Cunha, com a diferença de que não vê necessidade em separar os verbos bitransitivos dos verbos que, em princípio, exigem apenas um complemento.

Os verbos dividem-se, pois, em dois importantes grupos: verbos de **predicação completa** e verbos de **predicação incompleta**; verbo de predicação completa é o que não exige nenhum complemento, ou seja, é o que tem sentido completo; assim, são de predicação completa verbos como *voar, correr, fugir, morrer, andar*, porque nenhuma palavra exige depois de si; têm todos eles sentido completo; a águia *voa*, a lebre *corre*, o ladrão *fugiu*, Pedro *morreu*, a criança *anda* – são orações constituídas de apenas dois termos, sujeito e verbo, sem nenhuma necessidade, para o sentido, de um terceiro termo. Tais verbos chamam-se **INTRANSITIVOS**.

Outra classe de verbos, bastante diferente dessa, é a dos verbos de **predicação incompleta**, isto é, verbos que exigem depois de si um complemento, ou seja, um termo que lhes complete o sentido: eu *escrevi*, ele *perdeu*, nós *seguramos* [...] – não são orações de sentido inteirado, pois não sabemos que foi que eu escrevi, que foi que ele perdeu, que seguramos nós [...]; os verbos que nessas orações entram exigem um termo que lhes complete o sentido, e a oração toda passará a ter três termos: sujeito, verbo e complemento; eu escrevi *uma carta* [...]. Tais verbos se chamam **TRANSITIVOS**. (ALMEIDA, 1998, p. 165.)

Almeida (1998), conforme dito anteriormente, também subclassifica os verbos transitivos em diretos e indiretos. Observa, entretanto, que:

Sendo transitivo, não importa que o verbo tenha dois objetos, um direto, outro indireto [...] Por necessidade didática chamaremos 'transitivo direto-indireto o verbo que traz um objeto direto e outro indireto. Não tem fundamento nos fatos do idioma obrigar a pôr os dois objetos de tais verbos. (ALMEIDA, 1998, p. 166)

1.2.3. Evanildo Bechara

Em sua *Moderna Gramática Portuguesa*, Evanildo Bechara (2001) traz nova acepção no que diz respeito ao estudo da transitividade verbal, bem diferente das gramáticas tradicionais. Diz ele que há verbos de “grande extensão semântica”, que necessitam do auxílio de outros signos léxicos para delimitar seus significados. Estes verbos são chamados transitivos, e seus delimitadores, argumentos ou complementos verbais. Por outro lado, os verbos cujo significado lexical é referente a uma realidade concreta, que não precisa de outros signos léxicos, são chamados intransitivos (BECHARA, 2001, p. 414-415).

Bechara ressalta, entretanto, que o mesmo verbo pode ser usado transitiva ou intransitivamente, como no exemplo a seguir:

Eles comeram maçãs (transitivo).
Eles não comeram (intransitivo).

Isso, segundo o autor, só é possível “quando a extensão significativa do verbo aponta para um termo geral (arquilexema)” (BECHARA, 2001, p. 415), ou seja, no caso do verbo *comer*, imaginamos que seu complemento seja algo preferencialmente sólido e usado para alimentação. Por sua vez, um verbo como

reparar não pode ser preenchido por um arquilexema, dada sua abrangência semântica.

Além disso, alguns verbos normalmente transitivos podem adquirir novas significações, ao serem empregados intransitivamente:

Ele não vê (não enxerga, é cego).

Assim, conclui Bechara (2001, p. 415), “a oposição entre transitivo e intransitivo não é absoluta, e mais pertence ao léxico do que à gramática”.

Os diferentes conceitos apresentados pelo autor dizem respeito à classificação dos complementos verbais. No caso do objeto direto ou complemento direto, não há muita diferença. Para este autor, é “um signo léxico de natureza substantiva (substantivo ou pronome) não introduzido por preposição necessária” (BECHARA, 2001, p. 416). A variação começa na categorização do objeto indireto. Enquanto os autores antes referidos o classificam como o complemento verbal que se faz acompanhar de preposição, Bechara chama de objeto indireto termos que, no latim, eram considerados pertencentes ao caso *dativo*. Diz o estudioso:

Este novo argumento do predicado complexo se chama *complemento* ou *objeto indireto* e apresenta as seguintes características formais e semânticas: a) é introduzido apenas pela preposição *a* (raramente *para*); b) o signo léxico denota um ser animado ou concebido como tal; c) expressa o significado gramatical “beneficiário”, “destinatário”; d) é comutável pelo pronome pessoal objetivo *lhe/lhes*, que leva a marca de número do signo léxico referido, mas não a de gênero, como ocorre no caso dos pronomes pessoais que comutam o signo léxico correspondente ao complemento direto (*o, a, os, as*) ou ao complemento relativo (prep. + *ele, ela, eles, elas*). (BECHARA, 2001, p. 421-422.)

Observando o pensamento do autor, podemos notar que seu conceito de *objeto indireto* é bem mais restrito do que o de outros gramáticos, isto é, essa classificação aplica-se a um número bem menor de complementos. Para ele, os

outros termos preposicionados que se costumam chamar de objetos indiretos são, na verdade, complementos relativos. Eles se diferenciam dos objetos indiretos por, entre outras razões, não serem substituíveis por *lhe* e *lhes*, e sim por *ele*, *ela*, *eles* e *elas*, acompanhados da preposição “pedida” pelo verbo:

Todos gostam *do ator*. Todos gostam *dele*.

Outra particularidade diz respeito à classificação dos argumentos dos verbos ditos locativos, situativos e direcionais. Bechara (2001, p. 421) afirma que esses termos se incluem na classe dos complementos relativos, pois “delimitam a extensão semântica do signo léxico do predicado complexo”. Ao mesmo tempo, ressalta que:

Não há unanimidade entre os estudiosos em considerar tais argumentos do predicado complexo como complementos relativos. Levando em conta exclusivamente o aspecto semântico, muitos preferem considerar tais termos como adjuntos circunstanciais ou adverbiais [...].(BECHARA, 2001, p. 421.)

Percebemos, aqui, que a confusão entre os termos locativos e outros termos preposicionados é realmente geral.

1.2.4. Carlos Henrique da Rocha Lima

O gramático Rocha Lima (1998) classifica os possíveis complementos verbais em: objeto direto, objeto indireto, complemento relativo e complemento circunstancial. Novamente, em relação à definição de objeto direto, não há grandes diferenças entre este autor e outros. Quanto ao objeto indireto, sua delimitação aproxima-se mais da de Bechara, pois defende que este complemento representa o ser animado a que se dirige a ação.

Além disso, afirma que o objeto indireto não é necessariamente um complemento do *verbo*, e sim da *oração*, “da qual é, aliás, facilmente dispensável em muitas situações”, e que a preposição utilizada por excelência é *a* (às vezes *para*) (ROCHA LIMA, 1998, p. 249). Por fim, para Rocha Lima, o objeto indireto corresponde, na terceira pessoa, às formas *lhe* e *lhes*.

Isto que dizer que verbos como *gostar de*, *depende de*, *precisar de*, etc. não têm objeto indireto, mas complemento relativo, assim definido pelo estudioso:

Complemento relativo é o complemento que, ligado ao verbo por uma preposição determinada (*a*, *com*, *de*, *em*, etc.), integra, *com o valor de objeto direto*, a predicação de um verbo de significação relativa.

Distingue-se nitidamente do objeto indireto pelas seguintes circunstâncias:

a) Não representa a pessoa ou coisa a que se destina a ação, ou em cujo proveito ou prejuízo ela se realiza. Antes denota, como o objeto direto, o ser sobre o qual recai a ação.

b) Não corresponde, na 3ª pessoa, às formas pronominais átonas *lhe*, *lhes*, mas às formas tônicas *ele*, *ela*, *eles*, *elas*, precedidas de preposição:

assistir a um baile – assistir *a ele*

depende do despacho – depender *dele*

precisar de conselhos – precisar *deles*

anuir a uma proposta – anuir *a ela*

gostar de uvas – gostar *delas*

reparar nos outros – reparar *neles*. (LIMA, 1998, p. 251-252.)

1.2.5. Mário A. Perini

Incluo aqui o estudo que o linguista Mário Perini realizou para conceber sua *Gramática descritiva do português* (1996), pois ele suscita a discussão em torno das deficiências das gramáticas normativas, inserindo-se aí o tema da transitividade verbal. É interessante trazer à baila uma nova proposta de tratamento da predicação verbal.

Perini afirma que a classificação tradicional dos verbos – conforme já vimos em Cunha (1985) e Almeida (1998), por exemplo – “repousa sobre um equívoco fundamental e, conseqüentemente, não pode ser mantida” (PERINI, 1996,

p. 162). Assim como Bechara, o autor destaca verbos que não podem ser chamados exclusivamente de transitivos ou intransitivos, pois ora ocorrem com um complemento, ora não. Por isso, critica a definição convencional, a qual estabelece que um verbo é transitivo quando **exige** um objeto. Na verdade, defende o estudioso, o verbo *comer*, por exemplo, não exige um objeto, mas pode ocorrer com ou sem ele. É certo que há verbos que se encaixam na descrição tradicional, como *fazer*, que efetivamente exige um complemento. Porém, há um grande número de verbos que podem ocorrer com ou sem objeto direto, sem espaço na classificação tradicional.

Dessa forma, Perini (1996, p. 164) sugere uma nova maneira de descrever os verbos, baseada em termos de exigência, recusa e livre aceitação de cada uma das funções relevantes que podem aparecer junto ao verbo: objeto direto (OD), complemento do predicado (CP), predicativo (Pv) e adjunto circunstancial (AC). Assim, ele lista onze matrizes possíveis de transitividade e ressalta o seguinte:

A transitividade completa de um verbo é representada por um grupo de traços, um para cada função relevante. Assim, a transitividade de *comer* é [L-OD, Rec-CP, L-AC, Rec-Pv]: esse verbo aceita livremente o OD e o AC, e recusa o complemento do predicado e o predicativo. Essa é a matriz mais comum na língua e vale para quase todos os verbos marcados [L-OD] – exatamente 57,6% de todos os verbos. A seguir, dou a lista de todas as matrizes de transitividade existentes em português, juntamente com a porcentagem de verbos que seguem cada uma, e um exemplo de cada:

Matrizes de transitividade verbal

- I. [L-OD, L-AC, Rec-Pv, Rec-CP] (57,6%): *comer*
- II. [Ex-OD, L-AC, Rec-Pv, Rec-CP] (22,3%): *encontrar*
- III. [Rec-OD, L-AC, Rec-Pv, Rec-CP] (5,1%): *acontecer*
- IV. [Rec-OD, Ex-AC, Rec-Pv, Rec-CP] (3,7%): *morar*
- V. [Ex-OD, Ex-AC, Rec-Pv, Rec-CP] (2,1%): *acostumar*
- VI. [Ex-OD, L-AC, L-Pv, Rec-CP] (1,3%): *considerar*
- VII. [L-OD, L-AC, L-Pv, L-CP] (0,7%): *julgar*
- VIII. [L-OD, L-AC, Rec-Pv, L-CP] (0,6%): *permanecer*

Além dessas seis (*sic*) matrizes, há outras três, para certos verbos que apresentam a peculiaridade de exigir **OD ou AC**, ou então **CP ou AC**, ou ainda **CP ou Pv**. Por exemplo, os verbos que seguem a primeira dessas matrizes podem ocorrer sem OD, mas nesse caso devem ter AC; ou sem AC,

mas nesse caso precisam ter OD; e assim paralelamente para as outras duas matrizes.

IX. [Ex-(OD v AC), Rec-Pv, Rec-CP] (5,2%): *lembrar*

X. [Ex-(CP v AC), Rec-OD, Rec-Pv] (0,7%): *estar*

XI. [Ex-(CP v Pv), Ex-OD, L-AC] (0,7%): *sentir*

[...]

A lista de matrizes dada acima delinea uma situação radicalmente diferente da que nos é fornecida pela gramática tradicional. Segundo a gramática tradicional, somente as relações “recusa” e “exigência” é que valem para estabelecer transitividades; aqui, acrescentamos “aceitação livre”. A gramática tradicional considera relevantes as funções de objeto direto, objeto indireto e predicativo do sujeito; para nós, são relevantes o objeto direto, o adjunto circunstancial (que inclui os casos tradicionais de “objeto indireto”, mais muitos outros casos), o complemento do predicado (correspondente aproximado do “predicativo do sujeito”) e o predicativo (que corresponde, aproximadamente, ao “predicativo do objeto” tradicional). O resultado é que tradicionalmente se distinguem cinco subclasses de verbos (transitivos diretos, transitivos indiretos, transitivos diretos e indiretos, intransitivos e de ligação), ao passo que em nosso sistema há onze (correspondentes às onze matrizes vistas acima). (PERINI, 1996, p. 166.)

É interessante notar que, nessa lista de matrizes de Perini, não há verbo translocativo ou transformacional, que é o objeto de estudo deste trabalho.

1.2.6. A abordagem de Afrânio da Silva Garcia

Outros estudos apontam para a insuficiência da teoria gramatical tradicional quanto à definição e à descrição dos complementos verbais. O artigo *Verbos Tritransitivos no Português* (2004), de Afrânio Garcia, o qual inspirou este trabalho, é um deles.

A princípio, o autor aponta as categorias que são geralmente utilizadas pelos gramáticos para descrever os verbos da língua portuguesa. Algumas delas são, conforme já vimos: transitivos diretos, transitivos indiretos, bitransitivos, intransitivos, transobjetivos (requerem um predicativo de objeto) e transitivos circunstanciais (requerem um adjunto adverbial como complemento). No entanto, defende ele, essa classificação falha ao deixar de incluir verbos como os bitransitivos indiretos (com dois objetos indiretos e nenhum direto) e os tritransitivos, tais como *transferir*.

Garcia (2004) recusa a classificação normalmente dada aos verbos tritransitivos – qual seja, verbos transitivos diretos associados a adjuntos adverbiais – por dois motivos: primeiro, porque, mesmo que se considerem tais complementos como adjuntos, eles continuam sendo complementos, e segundo, porque, em certos casos, os complementos são substantivos, o que impediria sua classificação como adjuntos adverbiais. (Ex.: *Maria traduziu o livro do francês para o português.*)

O autor estabelece a teoria da *gramática dos casos*, de Charles Fillmore (1977), como base e defende que os verbos devem ser analisados quanto a sua valência, isto é, quanto ao número de elementos (sejam eles sujeito ou objeto) que cada verbo requer para ter seu sentido completado.

Fillmore (1977) focou na análise da estrutura sintática superficial por meio da estrutura profunda, isto é, por meio dos papéis semânticos desempenhados pelos elementos que completam o sentido do verbo. Dessa forma, chegou à conclusão de que os verbos podem ter valências entre zero e quatro.

É interessante notar que há certa semelhança entre as ideias de Perini (1996) e Fillmore (1977), pois ambos acreditam que o verbo pode ou não aparecer com todos os seus complementos. O fato de um verbo ocorrer sem objeto em determinada oração não invalida a possibilidade de que ele ocorra com um, dois ou até três objetos em outro contexto. Isso seria a estrutura profunda de que Fillmore (1977) trata e que Garcia (2004) compara à noção de *langue* de Saussure, em oposição à *parole* (realização da língua, ou estrutura de superfície).

Isso quer dizer que a classificação dos verbos se fundamentaria mais na potencialidade de o verbo ser utilizado com vários complementos e menos no seu uso mais comum, como explica Garcia (2004):

O simples fato de um *complemento* não aparecer constantemente ou mesmo de sua ocorrência na fala ser extremamente restrita não modificaria a *valência* de um verbo (vista como uma coisa intrínseca, mais do que uma coisa verificável). Por exemplo, os verbos *falar* e *ir* teriam sempre *valência três*, pois, sem ferir nenhuma regra da língua, pode-se dizer que “um sujeito falou algo para alguém” ou que “um sujeito foi de um lugar para outro”. O fato de normalmente a língua usar esses verbos com apenas um complemento: *Ele falou bobagem*, *Nós fomos à praia*, não invalida o fato de que esses verbos têm potencialmente *dois complementos*.

Os verbos estudados aqui, tais como *transferir*, *trazer*, *traduzir* e *mudar*, não só têm valência quatro, como também, frequentemente, aparecem em situações reais de fala com três complementos. Por isso, justifica o autor, seria adequado chamá-los de tritransitivos.

Existem, segundo Garcia (2004), três tipos de verbos tritransitivos:

- a) transferenciais (*transferir*, *transmitir*, *traduzir*, etc.);
- b) transformativos (*transformar*, *mudar*, *converter*, etc.);
- c) translocativos (*levar*, *trazer*, *enviar*, etc.).

O autor conclui, assim, que há diversos verbos de valência quatro, ou seja, que selecionam três complementos (um objeto direto e dois indiretos). Dada a alta ocorrência de tais verbos com os três objetos, ele propõe a nomenclatura de *verbos tritransitivos*, pois, para ele, é pautada na lógica (isto é, se verbos com um complemento são transitivos e com dois são bitransitivos, com três, logicamente, devem ser tritransitivos). A proposta é devida ao fato de que os verbos tritransitivos não se encaixam na categorização tradicional.

2. METODOLOGIA

A fim de descobrir se os verbos citados por Afrânio da Silva Garcia podem ser chamados de tritransitivos, selecionei, com base no texto “Verbos tritransitivos no português”, doze verbos que constituirão o *corpus* deste trabalho. São eles:

Adiar	Mudar	Transferir
Converter	Reduzir	Transmitir
Levar	Tornar	Transportar
Mover	Traduzir	Trazer

Utilizando o método indutivo, que prescreve que o conhecimento se adquire por meio da experiência, analisarei como esses verbos são descritos, em relação a sua transitividade, pelos lexicógrafos mais renomados. Foram escolhidos, por suas imensas contribuições no estudo das palavras, Antônio Houaiss (*Dicionário Eletrônico Houaiss*, versão de 2003), Aurélio Buarque de Holanda (*Dicionário Eletrônico Aurélio*, versão de 2004) e Francisco Fernandes (*Dicionário de Verbos e Regimes*, edição de 2008). É importante frisar que cada estudioso utiliza uma nomenclatura diferente para referir-se à transitividade verbal: verbos que têm um complemento direto e outro preposicionado são, para Houaiss, bitransitivos; para Aurélio, transitivos diretos e indiretos; para Fernandes, transitivos relativos.

Esta parte da pesquisa destina-se a identificar semelhanças e contradições entre os dicionários, bem como a averiguar se algum deles admite a ocorrência tritransitiva dos verbos escolhidos. É importante que esses fatos sejam verificados, pois é intenção deste trabalho descobrir se os dicionários, atualizados

bem mais frequentemente do que as gramáticas normativas, estão ou não acompanhando a evolução da língua.

Neste primeiro momento, ainda não será possível saber se há, definitivamente, a ocorrência de verbos sendo usados com três objetos, pois os dicionários não são exaustivos em suas descrições. Isso quer dizer que, apesar de ser este o objetivo, é inviável descrever numa única publicação todos os fatos da língua.

Por isso, será necessário encontrar exemplos do uso real dos verbos escolhidos, a fim de desvendar se, realmente, eles estão sendo utilizados com três complementos verbais, a saber: um objeto direto e dois indiretos. Para encontrar essas ocorrências, será feita pesquisa pelos verbos na internet, por meio do *site* de buscas Google. Esse método foi escolhido por permitir que se achem usos espontâneos, sem interferência de um entrevistador. Além disso, os exemplos serão da língua escrita, que reflete, muitas vezes, o que está sendo dito na língua oral, especialmente a linguagem informal falada pelos jovens na rede mundial de computadores. Os exemplos encontrados permitirão descobrir se, de fato, os falantes nativos estão usando os doze verbos de forma tritransitiva e se esse uso pode ser corroborado pelas descrições fornecidas pelos dicionários ou se é preciso ampliar as categorias de descrição da transitividade verbal para incluir o verbo tritransitivo, de acordo com a hipótese desta pesquisa.

3. ANÁLISE DOS DADOS

Como foi explicitado na parte de metodologia, primeiramente irei analisar nos principais dicionários do Brasil como são feitas as descrições dos verbos que, segundo Afrânio da Silva Garcia, podem ser usados tritranstivamente. Depois, na segunda parte, trarei exemplos do emprego real dos verbos, encontrados em *sites* variados, seguidos de crítica acerca do uso (a ocorrência é corroborada pelos dicionários ou não?).

3.1. Análise da posição dos lexicógrafos

Adiar

Houaiss: O verbo é classificado como transitivo direto em todas as suas acepções. Chama a atenção a segunda acepção: *marcar (compromisso, tarefa etc.) para (outra ocasião, outro dia etc.)*, que Houaiss também categoriza como transitivo direto. Em outras palavras, em uma frase como **Ele adiou a reunião de segunda-feira para quinta-feira**, provavelmente as locuções “de segunda-feira” e “para quarta-feira” seriam classificadas como adjuntos adverbiais de tempo por Houaiss.

Aurélio: Na mesma linha do Dicionário Houaiss, o *Aurélio* classifica este verbo como transitivo direto e transitivo direto circunstancial, ou seja, um verbo que tem seu sentido completado por um objeto direto e por um adjunto adverbial. Utilizando o

exemplo acima, podemos dizer que Aurélio também classificaria as locuções “de segunda-feira” e “para quarta-feira” como adjuntos adverbiais.

Fernandes: Para Fernandes, o verbo é transitivo, exigindo somente um objeto direto.

Converter

Houaiss: No sentido de *transformar* ou *transformar-se* (*alguém, uma coisa, um estado, uma forma etc.*) *em*; *mudar, transmutar*, o verbo é bitransitivo e pronominal.

A educação que recebeu converteu-o num tímido. Façamos o exercício de inserir outro objeto indireto: **A educação que recebeu converteu-o de conversador num tímido.**

Aurélio: O verbo é transitivo direto e indireto quando significa *mudar (uma coisa) em outra de forma e/ou propriedade diferente; transformar, transmutar*, ou, ainda, quando significa *mudar ou transformar o fim, a função, o uso*.

Fernandes: Na mesma acepção vista acima, o verbo é considerado transitivo relativo.

Levar

Houaiss: Em suas diversas acepções, o verbo é classificado majoritariamente como bitransitivo, isto é, *levar alguém (ou alguma coisa) a algum lugar*. O sentido n. 1, *transportar (seres animados ou coisas) a (determinado lugar); carregar, conduzir*, tem como exemplo **O ônibus levou-o à cidade**. Aqui vemos o potencial tritransitivo

do verbo, pois poderíamos dizer **O ônibus levou-o do campo à cidade**. Ora, se “à cidade” é objeto indireto, “do campo” teria a mesma classificação. Ademais, a acepção n. 6, *afastar (alguém ou algo) de (determinado local)*, tem como exemplo **Levou da sala os filhos**. Apesar de, teoricamente, os sentidos serem diferentes, intrinsecamente eles se confundem. O falante poderia dizer **Levou os filhos da sala ao quarto.**, sem que isso significasse grande alteração na semântica da frase.

Aurélio: Aqui as definições e categorias do verbo são ligeiramente diferentes. Aurélio classifica-o como transitivo direto, bitransitivo e transitivo direto circunstancial. O verbo na acepção n. 4, *retirar, afastar* (semelhante à acepção n. 6 de Houaiss), é classificado como transitivo direto, diferentemente de Houaiss; ou seja, para Aurélio, na frase **Levou da sala os filhos.**, “da sala” seria um mero adjunto adverbial.

Fernandes: Classifica o verbo como transitivo relativo (ou bitransitivo) nas suas acepções de maior interesse para nós: *fazer passar, transportar, conduzir*. O interessante é que o ser animado objeto pode, dependendo da frase, ser tanto o objeto direto quanto o indireto. Veja-se: **Levaram-na depois a um vasto salão.;** **Leva-lhe esse presente**. Na primeira oração, a exemplo do que acontece com as frases utilizadas por Houaiss, seria possível introduzir um local de origem. Assim, chamaríamos o novo termo integrante de objeto indireto: **Levaram-na depois de um pequeno quarto a um vasto salão.?**

Mover

Houaiss: É transitivo direto e pronominal na acepção de *mudar(-se) de lugar, deslocar-se*: **Moveu o controle para a última faixa do CD**. Houaiss não considera que o verbo possa ter objeto indireto nesta acepção.

Aurélio: Da mesma forma, com o sentido de *remover, deslocar, exercer movimento com, mexer*, Aurélio classifica o verbo como transitivo direto. Um dos exemplos aparece com dois termos preposicionados, que são tidos como adjuntos: **Moveu a cabeça dum lado para outro**.

Fernandes: No sentido de *dar ou comunicar movimento*, é classificado como transitivo.

Mudar

Houaiss: Como sinônimo de transferir, Houaiss classifica este verbo como transitivo direto, intransitivo e pronominal. Os exemplos elencados são: **O comando mudou a tropa para a fronteira.; A secretaria mudou(-se) para o novo prédio**. Vemos que a visão de Houaiss para este verbo é de que ele só é complementado por um objeto direto e que o segmento iniciado pela preposição “para” seria um adjunto adverbial. Mas, se adotarmos o mesmo posicionamento utilizado para o verbo *transferir*, vemos que *mudar*, então, também possui potencial tritransitivo, pois poderíamos facilmente

acrescentar outro complemento ao referir-mo-nos ao local de origem da ação de mudar. Assim: **A secretaria mudou-se da velha casa para o novo prédio.**

Aurélio: Com o sentido de *pôr em outro lugar, remover*, é categorizado como transitivo direto e transitivo direto circunstancial, isto é, tal como Houaiss, Aurélio entende que o verbo só é complementado por um objeto direto e que termos preposicionados indicativos de lugar de origem e de destino são adjuntos adverbiais. Conforme explicitado acima, é possível entender o verbo como tritransitivo.

Fernandes: O verbo, na acepção de *remover, pôr (em outro lugar)*, é classificado como transitivo relativo. O exemplo é: **Andavam a mudar a bagagem para o quinto andar.** Se “para o quinto andar” é objeto indireto, podemos acrescentar um outro, como “do primeiro andar”, e também chamá-lo objeto indireto.

Reduzir

Houaiss: No sentido de *tornar(-se) menor, limitar-se, abreviar, resumir*, o verbo é classificado como transitivo direto, bitransitivo e pronominal: **Reduzir um orçamento (às mínimas proporções).** Também é bitransitivo como sinônimo de *traduzir*.

Aurélio: Com a acepção de *tornar menor*, é somente transitivo direto; com a de *transformar, converter*, é bitransitivo. Aurélio não admite este verbo como sinônimo de *traduzir*.

Fernandes: Como sinônimo de *transformar, converter*, o verbo é transitivo relativo. Uma das frases usadas como exemplo é: **E ele reduzirá em cinzas o edifício.**

Tornar

Houaiss: Como sinônimo de *efetuar a conversão de (algo ou si mesmo)*; *fazer(-se)*, *transformar(-se)*, o verbo é considerado transitivo direto predicativo; ou seja, tem seu sentido completado por um objeto direto e por um predicativo do objeto. Dessa maneira, só é informado o estado final da coisa de que se fala, não o estado anterior: **a tinta tornou azul a água.**

Aurélio: Considerado transitivo direto e indireto no sentido de *traduzir* e de *transformar*. Vê-se que Aurélio difere de Houaiss, pois, na acepção de *transformar*, Houaiss classifica o verbo como transitivo direto predicativo; Aurélio entende que um objeto direto e um indireto são necessários para completar-lhe o sentido: **Na missa, o padre torna a água e o vinho em sangue de Cristo.**

Fernandes: Há aqui duas acepções de nosso interesse: *traduzir* e *transformar*. Em ambas o verbo é tido como transitivo relativo. Para a primeira, o exemplo é **Castilho tornou em língua portuguesa as Geórgicas de Virgílio.**; para a segunda, **E Jove a tornou em loureiro.**

Traduzir

Houaiss: O verbo é classificado como transitivo direto e bitransitivo no sentido mais comum, isto é, *transladar*, *transpor de uma língua para outra*. Exemplo: **Traduziu dois livros para o espanhol.** O segmento “para o espanhol” é, então, entendido como objeto indireto. Se acrescentássemos a língua de origem, teríamos, dessa forma, dois objetos indiretos: **Traduziu dois livros do inglês para o espanhol.**

Aurélio: Assim como Houaiss, define o verbo como transitivo direto e bitransitivo.

Mais uma vez, vemos a possibilidade de inserção de três complementos.

Fernandes: Igualmente, o verbo é entendido como transitivo e transitivo relativo na acepção de *verter, trasladar de uma língua (para outra)*. Ex.: **Na sua célebre carta que havia de ser traduzida para o italiano.**

Transferir

Houaiss: A acepção 1, *mudar(-se) de um lugar para o outro*, mostra claramente a possibilidade de inserção de três complementos verbais após este verbo. Porém, o dicionário o classifica somente como transitivo direto, bitransitivo e pronominal. Ainda assim, um dos exemplos elencados, **Transferiu sua conta para outro banco** (no qual “para outro banco” é considerado objeto indireto), poderia facilmente ser modificado de forma a incluir um segundo objeto indireto, assim: **Transferiu sua conta do Banco do Brasil para a Caixa Econômica.**

Aurélio: No sentido de *deslocar*, Aurélio difere de Houaiss, pois considera o verbo transitivo direto circunstancial. Dessa forma, no exemplo **Transferiu a empresa para São Paulo.**, entende que “para São Paulo” seja adjunto adverbial. No entanto, na acepção 4, *passar ou fazer passar a outrem*, considerada bitransitiva, vemos, novamente, que este verbo pode selecionar três complementos. O exemplo utilizado é do escritor Tarquínio J. B. de Oliveira: **Rousseau é o gênio que deu forma às democracias, transferindo de Deus ao povo a origem do poder.** Ora, o que seria então o objeto indireto dessa frase: “de Deus”? “ao povo”? Não está claro no dicionário, mas podemos dizer que ambos o são.

Fernandes: No sentido de *deslocar, fazer passar de um lugar para outro*, o autor define o verbo como transitivo relativo. Mais uma vez, vemos a possibilidade de o verbo vir acompanhado de dois complementos indiretos, visto que no exemplo **Transferiu o tribunal para outra cidade.**, poderíamos inserir outro objeto assim: **Transferiu o tribunal da cidade de José para outra cidade.** Ora, se “para outra cidade” é objeto indireto, “da cidade de José” também o será. Na acepção de *adiar*, também é possível utilizar dois complementos: **Transferir a sessão [do mês de setembro] para o mês de novembro.**

Transmitir

Houaiss: O verbo é considerado transitivo direto e bitransitivo com a acepção de *destinar (algo) para (alguém); expedir, enviar*. Assim, dizemos **Ele transmitiu a mensagem ao capitão.** Seria possível incluir um novo objeto indireto? **Ele transmitiu a mensagem do sargento ao capitão.** Nesse caso, podemos dizer que, se o verbo for considerado tritransitivo, “do sargento” seria objeto indireto. Porém, o termo também pode ser considerado um adjunto adnominal de “mensagem”. Há, pois, duas leituras para o exemplo.

Aurélio: Igualmente, Aurélio entende que o verbo é transitivo direto e bitransitivo no sentido de *mandar, enviar*.

Fernandes: O verbo é considerado transitivo relativo como sinônimo de *mandar de um lugar para outro, expedir, enviar*.

Transportar

Houaiss: Na acepção de *levar ou conduzir (seres animados ou coisas) a (determinado lugar), carregar*, o verbo é transitivo direto e bitransitivo, conforme o exemplo: **O caminhão transportou a carga até a fronteira.** Podemos facilmente acrescentar o segundo objeto indireto: **O caminhão transportou a carga do interior do estado até a fronteira.**

Aurélio: Inicialmente, com o mesmo sentido apresentado acima, Aurélio classifica o verbo como transitivo direto e transitivo direto circunstancial. Assim, o exemplo de Houaiss traria um complemento e um adjunto. Porém, no sentido figurado de *conduzir ou levar de um lugar para outro, ou de um tempo a outro*, define o verbo como transitivo direto e indireto.

Fernandes: Na acepção *mudar o alcance, o sentido de*, o verbo é categorizado como transitivo relativo. Aqui, vemos um exemplo interessantíssimo de colocação de dois termos preposicionados pospostos ao verbo, pois somente um deles é considerado objeto indireto, apesar de ambos terem a mesma natureza: **Transportar um termo da significação natural para a figurada.** No caso, Fernandes entende que somente a expressão “para a figurada” é objeto indireto. Por outro lado, classifica o verbo somente como transitivo no sentido de *conduzir, levar de um lugar para outro*.

Trazer

Houaiss: A primeira acepção é a mais comum: *transportar, levar ou ser o motivo de (alguém ou algo) vir junto, deslocando-se em direção ao lugar onde está quem fala ou de quem se fala*. Nesse sentido, o verbo é considerado transitivo direto e bitransitivo. Como bitransitivo, o exemplo é relacionado com o sentido de *trazer algo a alguém*. Se a frase for, por exemplo, **Ele trouxe muitas coisas de sua antiga casa para a nova morada.**, segundo Houaiss, “de sua antiga casa” e “para a nova morada” seriam adjuntos adverbiais.

Aurélio: No sentido de *transferir de um lugar para outro, transmitir*, o verbo é classificado como transitivo direto; ou seja, assim como em Houaiss, termos que indicassem lugar de origem e de destino, se presentes, seriam entendidos como adjuntos adverbiais.

Fernandes: Considera o verbo transitivo na acepção de *transmitir, transferir de um lugar para outro*. A própria definição do verbo já mostra os potenciais objetos indiretos (*de um lugar para outro*), porém os exemplos colacionados não demonstram a possibilidade de se inserirem três complementos.

3.2. Exemplos de verbos tritransitivos em uso na língua portuguesa

A seguir, apresento alguns exemplos (em grande parte, encontrados por meio de pesquisa na internet) do uso dos verbos citados com três complementos.

Eles serão comentados à luz das descrições dos verbos feitas anteriormente e das ideias de Garcia (2004).

Adiar

- O governo deverá adiar de abril para julho o leilão de concessão do trem-bala que ligará Campinas, São Paulo e Rio de Janeiro.

http://economia.terra.com.br/noticias/noticia.aspx?idNoticia=201103302144_RTR_1301521089nN30190008

Considerando-se que a vírgula foi dispensada entre as expressões “de abril e para julho”, pode-se dizer que este exemplo demonstra a inserção de três complementos verbais junto ao verbo *adiar*. É interessante lembrar que Aurélio classifica o verbo como transitivo circunstancial – exigiria um objeto direto e um adjunto adverbial (no caso, o termo iniciado por “para”). É natural assumir que, caso o interlocutor não tenha conhecimento prévio da data anterior do evento (aqui, o leilão), ela será explicitada para a clareza da notícia. Assim, a informação completa é de que o leilão estava inicialmente marcado para abril e foi adiado para julho. Se, nesta frase, fosse usado somente o objeto direto e o suposto adjunto adverbial, seu sentido ficaria incompleto.

Converter

- O Conversor PDF Online converte online documentos de diferentes formatos em PDF e de graça! <http://pt.pdf24.org/onlineConverter.html>

Tem-se aqui uma frase que pode ter duas interpretações sintáticas: a) a expressão “de diferentes formatos” ser classificada como adjunto adnominal (interpretação mais tradicional); b) a mesma expressão ser classificada como objeto indireto. Por ser um verbo transformacional, *converter* pressupõe que algo ou alguém transforma uma coisa (ou uma pessoa) de um estado (ou situação) para outro. Por isso, a segunda interpretação, embora não aceita pela gramática tradicional, também seria possível.

- Para converter números de uma base b para uma outra base b' quaisquer (isso é, que não sejam os casos particulares anteriormente estudados), o processo prático utilizado é converter da base b dada para a base 10 e depois da base 10 para a base b' pedida. (<http://www.users.rdc.puc-rio.br/rmano/sn2cvb.html>)

Esse exemplo corrobora o que foi dito anteriormente, pois aqui se tem a conversão de números “de uma base b para outra base b' ”, ou seja, estão evidenciadas situação de origem e de destino.

Levar

- Podem levar o homem do campo à cidade, mas não podem tirar o campo de dentro dele. (<http://cortesdecima.com/pt/events-eventos/you-can-take-the-farmer-to-the-city-but-you-cant-take-the-farm-out-of-the-boy/>)

Novamente, tem-se uma interpretação sintática ambígua, pois é possível dizer que “do campo” é adjunto adnominal, adjunto adverbial (segundo alguns

autores) ou objeto indireto. Para seguir a linha argumentativa deste trabalho, considerando-se que *levar*, como verbo translocativo, pressupõe um local de origem e um de destino, pode-se defini-lo como tritransitivo.

- Tenho uma calopsita de 3 meses [...] Queria saber se eu poderia levá-la de uma casa para outra sem ela ficar nervosa.

<http://br.answers.yahoo.com/question/index?qid=20100311100809AAumN6A>

Neste exemplo, fica claro o movimento de um lugar para outro, o que demonstra o potencial tritransitivo de *levar*.

Mover

- Deveria haver um recurso em que o usuário pudesse mover uma foto de um álbum para outro álbum, desta maneira o usuário não vai perder os comentários da foto. <http://www.google.com/support/forum/p/orkut/thread?tid=46635a396706f466&hl=pt-BR>
- Gostaria de saber como faço para mover (literalmente mover) os dados de uma tabela previamente preenchida para outra tabela usando um formulário no Access? <http://forum.imasters.com.br/topic/416583-mover-informacoes-de-uma-tabala-para-outra-usando-um-formulario/>
- Como mover mensagens SMS do celular para o cartão SIM? <http://cellphoneforums.net/pt/alt-cellular-nokia/t175336-nokia-1100-e-como-mover-mensagens-de-sms-do-celular-para-o-cart%C3%A3o-sim.html>

Os exemplos demonstram que, assim como o verbo *levar*, *mover* pode ter seu sentido completado por três objetos: a coisa a ser movida, o local de origem e o

de destino. Estes locais não precisam necessariamente ser físicos; podem ser virtuais, como vemos acima.

Mudar

- Pelo menos 30 mil paulistanos deverão mudar de casas para apartamentos em condomínios residenciais da cidade de São Paulo até o final do próximo ano. <http://www2.imovelweb.com.br/noticias/terra/casa-e-companhia/30-mil-paulistanos-vao-mudar-para-apartamentos.aspx>
- Enem: MEC poderá mudar de 5 para 3 número de opções de curso <http://noticias.terra.com.br/educacao/enem/noticias/0,,OI4031109-EI8398,00-Enem+MEC+podera+mudar+de+para+numero+de+opcoes+de+curso.html>

Mudar é empregado com dois sentidos distintos: no primeiro exemplo, significa *ir viver em outro lugar*; no segundo, *alterar, modificar*. Em ambos os casos, porém, o verbo admite três complementos.

Reduzir

- Governo propõe reduzir de 11% para 5% contribuição de empreendedores individuais à Previdência. <http://www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2011/04/07/governo-propoe-reduzir-de-11-para-5-contribuicao-de-empreendedores-individuais-a-previdencia>
- Projeto visa reduzir imposto de games de 80% para 15%. <http://www.gamesportemania.com/?p=155>
- Governo estuda reduzir o álcool na gasolina, de 25% para 20%. <http://www.noticiasautomotivas.com.br/governo-estuda-reduzir-o-alcool-na-gasolina-de-25-para-20/>

O verbo significa *tornar menor*. Logo, supõe-se que algo era de determinado tamanho ou grandeza e foi diminuído. Nas frases acima, vê-se que, em suas ocorrências com três complementos, *reduzir* é usado majoritariamente para falar de percentuais. É interessante notar que, no último exemplo, foi usada uma vírgula para separar o objeto direto dos números, o que, em se tratando de verbos tritransitivos, seria proibido. Conforme foi exposto neste trabalho, entretanto, ainda há muita confusão em distinguir objetos de adjuntos. No caso, *reduzir* aparece mais frequentemente com apenas dois objetos, um direto e um indireto (e.g. **reduzir madeira em pó**). Assume-se, então, que o autor do texto entendeu serem adjuntos as expressões *de 25%* e *para 20%*.

Tornar

- Como se tornar de um 'zuado' a 'zoador' na escola?
<http://br.answers.yahoo.com/question/index?qid=20100225082934AANfF9U>
- Como tornar uma foto de tamanho normal ('gde') em foto 3x4?
<http://br.answers.yahoo.com/question/index?qid=20100508122253AAdN9xO>

O verbo é, aqui, empregado com o sentido de *converter* e, como seu sinônimo, é considerado transformacional, isto é, pressupõe que algo ou alguém passou de um estado anterior para um novo, daí sua ocorrência (ainda tímida) com três complementos.

Traduzir

- Traduza palavras e expressões do inglês para o português em um clique.
<http://www.baixaki.com.br/categorias/18-dicionarios-e-tradutores.htm>
- Livro das mil e uma noites é traduzido do árabe para o português.
http://www.anba.com.br/noticia_orientese.kmf?cod=7391530&indice=120
- Meus agradecimentos a Tatyana ‘Moriel’ Zabanova, que está traduzindo as mais de 300 páginas do Livro Negro de Arda do russo para o português.
http://duvendedor.com.br/portal/index.php?option=com_content&task=view&id=492&Itemid=42
- No geral, a impressão que tenho é a de que escrever um texto de minha autoria e traduzir um livro de outro idioma para o português terminam por ser uma única atividade. <http://editora.cosacnaify.com.br/ObraEntrevista/11368/42/Anna-Kari%c3%aanina.aspx>

Traduzir é um verbo que aparece bastante em sua forma tritransitiva. Acredito que isso acontece porque é natural que se queira informar em que língua estava o texto original e para que idioma ele foi traduzido. Como se viu no Capítulo 3, o verbo é considerado bitransitivo, sendo seu complemento preposicionado, nos três dicionários pesquisados, a língua para a qual se verteu o texto. Da maneira entendida pelos filólogos, em frases tais quais as acima colacionadas, as expressões que indicam o idioma de origem ficam “soltas”, sem função sintática definida.

Transferir

- Para transferir-se de uma para outra Instituição, ou para a mesma (transferência interna), o aluno é obrigado a estar vinculado à Instituição de origem. (<http://prograd.portalv2.uneb.br/matricula.jsp>)
- Veja o desespero de uma mulher que tenta transferir o marido do PA para o hospital. (http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2010/09/667235-veja-o-desespero-de-uma-mulher-que-tenta-transferir-o-marido-do-pa-para-o-hospital.html)
- Como posso me transferir de uma faculdade particular para a Universidade Federal do Paraná?
(<http://www.tecnocafe.com.br/como-posso-me-transferir-de-uma-faculde-particular-para-a-universidade-federal-do-parana/>)

- **O PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**, usando das atribuições legais e de acordo com o disposto nos arts. 21, XV, e 32 do Regimento Interno,

RESOLVE:

Transferir, a pedido, o Ministro João Otávio de Noronha, matrícula M001078, da Primeira Seção e a Segunda Turma para a Segunda Seção e a Quarta Turma, em vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Antônio de Pádua Ribeiro. (Portaria STJ n. 295/2007.)

- **O PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno, art. 21, inciso XX, e pelo Egrégio Conselho de Administração em sessão realizada no dia 31 de março de 2008,

RESOLVE:

Transferir um Cargo em Comissão de Assessor B, nível CJ-1, do Gabinete do Secretário-Geral da Presidência para a Assessoria de Relações Internacionais. (Portaria STJ n. 290/2009.)

Essas frases mostram como o verbo *transferir* se comporta na linguagem do dia a dia: aparece com muita frequência acompanhado de três objetos. O objeto direto indica o paciente (pessoa ou coisa) da ação e os dois indiretos indicam origem e destino. Conforme foi visto anteriormente, este verbo é, em sua acepção mais comum, classificado como bitransitivo. Contudo, é possível ver claramente, por meio dos exemplos, que o verbo pode selecionar três complementos.

Transmitir

- Qik [programa de computador] transmite imagens ao vivo do celular para Internet. (<http://tudodaweb.net/telefonica/transmitir-de-celulares-e-iphone-ao-vivo-qik.html>)
- Eu comprei um produto chamado Adaptador Conversor transcodificador VGA p/ TV Rca S-video. Ele tem a função de transmitir a imagem de um PC ou notebook para uma TV convencional. (<http://www.hardware.com.br/comunidade/problema-transmitir/1136257/>)
- Como transmitir sinal wifi de um modem para outro modem. (<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:19nleycNZXgJ:www.xtibia.com/forum/topic/148232-transmitir-sinal-wifi-de-um-modem-para-outro-modem/+transmitir+de+para&cd=23&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br&source=www.google.com.br>)

Com base nos exemplos elencados, vê-se que *transmitir* também ocorre com três complementos, especialmente quando o falante faz referência a dispositivos da tecnologia de transmissão de dados.

Transportar

- A empresa de transportes em questão transportava produtos de Minas Gerais até porto situado em outro Estado onde seriam embarcados para o exterior.

http://www.lfg.com.br/public_html/article.php?story=20080516161146195

- Até o final do século XVI, os navios holandeses transportavam de Portugal para o resto da Europa 2/3 da produção brasileira de açúcar, pau-brasil, algodão e couro.

[http://www.colegioser.com.br/o_aluno/atividades/ens_fund_2/7_serie/filomena/A%20ATIVIDADE%20A%C3%87UCA REIRA%20E%20MINERADORA%20\(TEXTO\).doc](http://www.colegioser.com.br/o_aluno/atividades/ens_fund_2/7_serie/filomena/A%20ATIVIDADE%20A%C3%87UCA REIRA%20E%20MINERADORA%20(TEXTO).doc)

Como verbo translocativo, *transportar* pode ser usado tritransitivamente, indicando pessoa ou coisa objeto da ação, lugar de origem e de destino. Nota-se que, nos exemplos, a vírgula não foi usada em nenhum momento, evidenciando a natureza de complemento das expressões pospostas ao verbo.

Trazer

- Desta vez, eles querem trazer rocha e solo de Marte para a Terra.

<http://www.estadao.com.br/noticias/vidae,nasa-quer-missao-para-trazer-pedaco-de-marte-para-a-terra,553432,0.htm>

Por fim, *trazer* comporta-se tal qual *levar*. É possível dizer que alguém traz alguma coisa de um lugar para outro, embora a ocorrência com três complementos deste verbo seja mais rara, uma vez que a informação do local de destino é, muitas vezes, omitida por ser o local onde o falante e seu interlocutor se encontram.

4. QUESTÕES DE REVISÃO

Um dos objetivos deste trabalho é abordar como a pluralidade de classificações para os verbos e seus complementos afeta o trabalho do revisor de textos. Muitas vezes, o profissional depara com múltiplas definições e categorizações para o mesmo verbo (como vimos anteriormente no Capítulo 4.1) ou, até, com a ausência de tais informações nos principais dicionários e gramáticas, o que torna o ofício bastante complicado, visto que o revisor terá de tomar uma decisão sem respaldo de bases linguísticas ou gramaticais. Isso pode acarretar divergências entre documentos da mesma instituição, pois comumente há mais de um profissional da língua portuguesa que revisa os textos produzidos.

Podemos afirmar que, ao considerar o tema da predicação verbal estudado aqui, há três campos problemáticos: semântico, sintático e de pontuação.

4.1. Semântica

No campo da Semântica, sempre foi difícil definir o que é um simples adjunto e o que completa o sentido de um verbo ou de um nome; afinal muitas vezes essa é uma percepção extremamente subjetiva. Não é à toa que um dos temas mais polêmicos nas salas de aula, nos artigos científicos e no ofício da revisão é a diferença entre complemento nominal e adjunto adnominal. Sabemos que há uma série de “dicas” para encontrar a resposta, contudo, mais frequentemente do que os profissionais da língua portuguesa gostariam de supor, estes artifícios podem até atrapalhar, em certos casos. Por exemplo, a tradição orienta que o adjunto

adnominal é um termo de caráter ativo, isto é, estabelece uma relação de agente com o nome que acompanha. Em determinadas construções, no entanto, alguns estudiosos admitem que o complemento nominal tenha caráter ativo, como em *a resolução do diretor*. Outros, ao contrário, afirmam que *do diretor* é adjunto adnominal.

Em relação à transitividade verbal, a confusão é ainda maior. Como vimos anteriormente, o que é adjunto adverbial para um gramático é objeto indireto para outro. A exemplo do que ocorre com a diferenciação entre complemento nominal e adjunto adnominal, o traço semântico é determinante, numa oração como:

Fui daqui ao aeroporto em vinte minutos.

As expressões *daqui*, *ao aeroporto* e *em vinte minutos* são essenciais para a compreensão da frase – expressões “pedidas” pelo verbo – ou são meros adjuntos, que servem para “modificar ou restringir o sentido de outra palavra, sem ser exigido necessariamente por esta”? (*Dicionário Eletrônico Houaiss*, 2003).

4.2. Sintaxe

Conforme já explicitado no capítulo sobre fundamentação teórica e no ponto anterior, devido às diferenças entre as classificações dos verbos nos dicionários e nas gramáticas, frequentemente ficamos em dúvida se certo termo preposicionado é objeto indireto ou adjunto adverbial.

Tomemos como exemplo o verbo *transferir*, que, no *Dicionário Eletrônico Houaiss* (2003), é classificado (também) como bitransitivo na acepção de *mudar(-se) de um lugar para outro*. No entanto, o *Dicionário Eletrônico Aurélio* (2004) define o mesmo verbo como transitivo circunstancial. Isso quer dizer que na frase:

Transferiu sua empresa para outra cidade.

Houaiss classificaria *para outra cidade* como objeto indireto, e Aurélio, como adjunto adverbial.

A princípio, uma simples diferença de nomenclatura não acarretaria problemas de revisão, porém, no próximo ponto, notar-se-á que a definição dos termos implica em diferenças na pontuação.

4.3. Pontuação

Celso Cunha (1985, p. 626) sustenta que a vírgula é empregada para “separar elementos que exercem a mesma função sintática (sujeito composto, complementos, adjuntos), quando não vêm unidos pelas conjunções *e*, *ou* e *nem*”. Em outras palavras, se numa oração aparecerem dois ou mais adjuntos adverbiais seguidos, eles devem ser separados por vírgulas. Retomemos, então, um dos exemplos utilizados no Capítulo 4.1:

Transferiu sua conta do Banco do Brasil para a Caixa Econômica.

Se fosse seguido o posicionamento de Aurélio (2004), que considera o verbo *transferir* transitivo circunstancial, forçosamente os termos preposicionados “do Banco do Brasil” e “para a Caixa Econômica” seriam classificados como adjuntos adverbiais. A maioria dos falantes nativos alfabetizados, entretanto, teria enorme dificuldade em aceitar uma vírgula entre tais expressões, embora, segundo Cunha (1985), seja ela obrigatória para separar termos com a mesma função sintática, desde que não ligados pelas conjunções *e*, *ou* e *nem*.

No ofício da revisão, portanto, é imprescindível que o profissional defina as funções dos termos pospostos ao verbo, pois só assim saberá onde empregar ou suprimir a vírgula.

CONCLUSÃO

Como se viu anteriormente, a descrição gramatical tradicional peca pela imprecisão e pela utilização de vários critérios – sintáticos e semânticos – para categorizar os verbos. Ao mesmo tempo, estudiosos inovadores como Charles Fillmore e Mário Perini defendem o uso de critério único.

Perini (1996) propôs descrever a transitividade verbal com base na possibilidade de o verbo selecionar ou não complementos essenciais e criou, com base nisso, onze matrizes, que abarcariam todos os verbos da língua portuguesa. Embora pautada na lógica, esta descrição revela-se, a princípio, complicada para ser aplicada de imediato. A mudança em relação às gramáticas normativas é muito radical. Se isso ocorresse, haveria enormes implicações no ensino, como por exemplo: substituição de todos os livros didáticos, necessidade de atualização de conhecimentos para os alunos mais velhos e treinamento para os professores.

Afrânio da Silva Garcia (2004), por sua vez, pareceu encontrar uma solução satisfatória, que não vai de encontro às teorias mais tradicionais. Sendo os verbos atualmente classificados em transitivos diretos, transitivos indiretos, bitransitivos, intransitivos etc., o autor sugere incluir, nas categorias de transitividade, a do **verbo tritransitivo**. Foi essa a premissa de base para que este trabalho fosse desenvolvido.

Ao estudar as descrições de gramáticos renomados e dos dicionários mais completos existentes no Brasil, foi possível perceber que, realmente, elas são heterogêneas. Os dicionários, mais ainda, diferiram muitas vezes no que diz respeito à predicação verbal dos doze verbos que constituíram o *corpus* da monografia. Isso

causa vários problemas no ofício da revisão, especialmente no que tange ao emprego da vírgula, pois, enquanto é proibido usá-la para separar o complemento do verbo; por outro lado, a pontuação é facultativa, e em certos casos, obrigatória, para separar o adjunto de seu núcleo.

Neste trabalho, foram colacionados exemplos do uso real dos verbos escolhidos, empregados de forma tritransitiva. É interessante notar que a área de informática é uma das que mais trazem inovações para a língua, pois muitas das frases encontradas foram retiradas de fóruns de discussão sobre dispositivos tecnológicos. Também foi possível ver que alguns verbos já estão mais “adiantados” em seu uso tritransitivo, ocorrendo diversas vezes com três complementos. Por exemplo, *traduzir* e *transferir* ocorrem mais em sua forma tritransitiva do que *levar* e *trazer*, contudo, segundo Garcia (2004) e Fillmore (1977), um verbo deve ser classificado pela possibilidade de inserção de complementos, não necessariamente por sua ocorrência mais comum.

Sem uma categorização definitiva de certos verbos, o revisor vê-se numa situação difícil: tomar a decisão por conta própria e empregar, ou suprimir, as vírgulas de acordo com o posicionamento pessoal. Esse fato acarreta algumas circunstâncias indesejáveis, entre elas, o profissional ter de explicar ao autor do texto por que uma vírgula foi usada ou retirada, sem ter algum gramático que corrobore a decisão. Ou, ainda, haver, na mesma instituição, textos com divergências no que concerne à pontuação e à predicação verbal, o que não é adequado: sabe-se que a identidade institucional inclui a unificação linguística de seus documentos.

Espero, com este trabalho, contribuir para o estudo da transitividade no Brasil, que, como explicitiei no início, infelizmente se restringe aos meios

acadêmicos. Esta é uma discussão que deve ser mais abrangente, incluindo aí os professores e alunos de escolas de ensino fundamental e médio, bem como os autores de gramáticas e dicionários.

Diante dos dados analisados aqui, minha posição é considerar, sem hesitação, a existência de verbos tritransitivos na língua portuguesa. Defendo que a classificação deva ser ampliada, conforme propôs o Professor Afrânio da Silva Garcia, para incluir na descrição de transitividade a categoria dos verbos tritransitivos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. *Gramática metódica da língua portuguesa*. 42ª ed. São Paulo: Saraiva, 1998.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37ª ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

FERNANDES, Francisco. *Dicionário de verbos e regimes*. 37ª ed. São Paulo: Globo, 1990.

FILLMORE, Charles J. Em favor do caso. In: LOBATO, Lúcia Maria Pinheiro (org). *A semântica na lingüística moderna: o léxico*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1977.

GARCIA, Afrânio da Silva. Verbos tritransitivos no português. *Cadernos do Congresso Nacional de Linguística de Filosofia*, Vol. IX, n. 15. Rio de Janeiro, jan. 2006. Disponível em <http://www.filologia.org.br/ixcnlf/15/22.htm>. Acesso em 30 mar. 2011. 15:30.

HOLANDA, Aurélio Buarque de. *Novo dicionário eletrônico Aurélio*. Versão 5.11a. Rio de Janeiro: Posotivo, 2004.

HOUAISS, Antonio. *Dicionário eletrônico Houaiss*. Versão multiusuário 1.0. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003.

PERINI, Mário A. *Gramática descritiva do português*. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1996.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 35ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998.

SAID ALI, Manuel. *Gramática histórica da língua portuguesa*. 3ª ed. São Paulo: Melhoramentos, 1964.

SILVA NETO, Serafim da. *História da língua portuguesa*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1970.